

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Convênio N° 2/2020 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
TOCANTINS E O MUNICÍPIO DE
ARAGUAÍNA.**

Pelo presente Instrumento o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/n°, centro, em Palmas/TO, neste ato representado por seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador **HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n°. 125.824, 2ª Via - SSP/TO, inscrito no CPF/MF n° 103.573.945-34, residente e domiciliado nesta Capital, doravante designado **CONVENENTE** e, do outro lado, o **MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n°. 01.830.793/0001-39, com sede à Rua 25 de dezembro n°. 265, Centro, Araguaína/TO, doravante designado **CONCEDENTE**, neste ato representado por seu Prefeito, o Senhor **RONALDO DIMAS NOGUEIRA PEREIRA**, brasileiro, agente político, portador do RG n°. M1.631.804 - SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n°. 260.210.136-20, residente e domiciliado no Município de Araguaína, vêm celebrar o presente **CONVÊNIO** com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a cessão de servidores efetivos municipais, pelo **CONCEDENTE** ao **CONVENENTE**, sob a supervisão do Juiz(a) Diretor(a) do Foro, para desempenhar funções no âmbito da Comarca de Araguaína.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA BASE LEGAL:

2.1. O presente Convênio obedece ao disposto no artigo 116 “*caput*” da Lei Federal n°. 8.666/1993, bem como nas Resoluções TJTO n.º 2/2014, 14/2014 e 102/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO DAS CESSÕES:

3.1. As cessões serão solicitadas pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por ato discricionário ou mediante pedido do Juiz(a) Diretor(a) do Foro da Comarca, com ônus para o Poder Judiciário, observado o disposto no art. 106 da Lei Estadual n°. 1.818/2007 e Resolução n°. 88/2009, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

3.2. O Juiz(a) Diretor(a) do Foro da Comarca de Araguaína solicitará à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins as cessões de servidores efetivos do Município de de Araguaína/TO, mediante manifestação prévia da Diretoria de Gestão de Pessoas, atestando que a cessão pleiteada não excede o limite fixado no art. 3º da Resolução TJTO n°. 14/2014.

3.3. Os Juízes que não exercem a função de Diretor do Foro deverão apresentar seu pedido ao Diretor, que deverá remetê-lo à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para as providências.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMALIZAÇÃO DAS CESSÕES:

4.1. O ato de cessão deverá ser expedido pela autoridade competente do **CONCEDENTE**, por prazo determinado, permitidas sucessivas prorrogações, enquanto houver interesse dos envolvidos.

4.2. Expedido o ato de cessão, o servidor deverá apresentar a documentação exigida para formação de dossiê funcional, conforme relação de documentos fornecida pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

4.3. Concedida a cessão e apresentada a documentação pessoal do cedido, a Diretoria do Foro da Comarca de Araguaína, definirá a lotação do servidor e encaminhará, à Diretoria de Gestão de Pessoas no prazo de 5 (cinco) dias, após a entrada em exercício, todos os documentos e a certidão de exercício para formação de dossiê e acompanhamento dos termos da cessão.

4.4. No caso de atraso na apresentação da documentação necessária, de acordo com as disposições da Resolução TJ/TO nº. 2/2014 e deste Convênio, no prazo de 30 (trinta) dias, o Diretor do Foro comunicará o fato à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins que determinará as medidas a serem adotadas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE:

5.1. Constituem-se obrigações do CONVENENTE:

5.1.1. Manifestar-se, por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas, se a cessão atende às disposições do artigo 3º da Resolução TJ/TO nº. 14/2014;

5.1.2. Autorizar o pagamento de auxílio-alimentação, nos termos do § 2º do artigo 32 da Lei Estadual nº. 2.409/2010, e auxílio-saúde, conforme art. 1º da Resolução nº 102, de 12 de dezembro de 2019, aos servidores efetivos cedidos, a partir da entrega de toda documentação exigida e da entrada em exercício do servidor no local de lotação, o que será comprovado por certidão da Diretoria do Foro;

5.1.3. Acompanhar e manter sob controle, por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas e da Diretoria do Foro da Comarca de Araguaína, as cessões decorrentes deste Convênio;

5.1.4. Cumprir todas as exigências contidas neste Instrumento, bem como prestar os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pelo CONCEDENTE;

5.1.5. Disponibilizar, por meio da Diretoria do Foro da Comarca de Araguaína, o Termo de Responsabilidade para assinatura do servidor cedido;

5.1.6. Dar ciência ao servidor cedido das disposições deste Convênio, bem como dos deveres que envolvem os servidores da Administração Pública Estadual e da disciplina dos servidores que atuam no Poder Judiciário, por meio da Diretoria do Foro da Comarca de Araguaína;

5.1.7. Arcar com o ônus remuneratório e demais encargos sociais provenientes dos servidores cedidos pelo CONCEDENTE.

Parágrafo único - O CONCEDENTE poderá ceder ao CONVENENTE o quantitativo máximo de até 16 (dezesseis) servidores, por meio deste Convênio, para desempenhar funções no âmbito da Comarca de Araguaína.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

6.1. Constituem-se obrigações do CONCEDENTE:

6.1.1. Formalizar as cessões por meio de ato expedido pela autoridade competente do CONCEDENTE e encaminhar ao Juiz(a) Diretor(a) do Foro da Comarca de Araguaína;

6.1.2. Cumprir todas as exigências contidas neste Instrumento, bem como prestar os esclarecimentos que vierem a ser solicitadas pelo CONVENENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SERVIDORES CEDIDOS E SUAS OBRIGAÇÕES:

7.1. Somente poderão ser cedidos, na forma do presente Convênio, os servidores municipais que sejam titulares de cargo de provimento efetivo.

7.2. Antes de iniciar suas atividades, o servidor cedido deverá assinar termo responsabilizando-se pelo uso e conservação de instrumentos de trabalho que lhe forem fornecidos ou colocados à sua disposição, obrigando-se a guardar sigilo sobre assuntos funcionais de que tenha conhecimento em razão de suas atividades no âmbito das repartições da Comarca de Araguaína, comprometendo-se, ainda, entre outros deveres:

7.2.1. Tomar ciência, formalmente, dos termos deste Convênio, dos deveres que envolvem os servidores da Administração Pública Estadual e da disciplina dos servidores que atuam no Poder Judiciário;

7.2.2. Comunicar à Chefia imediata acerca de qualquer afastamento legal das atividades inerentes à cessão, fazendo-o de modo prévio, salvo motivo de força maior;

7.2.3. Atestar, sob as penas da Lei, que, no momento do ato da cessão e enquanto esta perdurar, não se encontre respondendo processo ou procedimento administrativo disciplinar.

7.3. Atualizar o cadastro sempre que for exigido, por meio de ato regulamentar próprio.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESILIÇÃO E DA RENÚNCIA:

8.1. O CONCEDENTE e o CONVENENTE poderão, a qualquer tempo, resilir o presente Termo, mediante denúncia, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, nos seguintes casos:

8.1.1. Pela não observância a qualquer de suas cláusulas;

8.1.2. Pela falta de interesse de qualquer dos Partícipes na sua manutenção; ou

8.1.3. Por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO:

9.1. O prazo de vigência do presente Convênio será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico – DJE, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, em caso de interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO:

10.1. O CONVENENTE responsabilizar-se-á pela publicação do extrato do presente Convênio no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/1993, reservando ao CONCEDENTE o direito de publicação caso julgue conveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO:

11.1. O presente Convênio fica vinculado aos autos 14.0.000218793-1, bem como à Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações, Resoluções TJ/TO nº. 2/2014 e nº. 14/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

12.1. O presente Termo será gerido de forma compartilhada entre os Partícipes.

12.2. O CONVENENTE designará o Diretor de Gestão de Pessoas para gestão e acompanhamento do presente Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas/TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente Convênio.

E, por estarem acordes, os Partícipes assinam este Instrumento, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Dimas Nogueira Pereira**, Usuário Externo, em 14/08/2020, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto**, Presidente, em 17/08/2020, às 18:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **3026634** e o código CRC **F41AFF95**.